

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

NOVOS PROTAGONISTAS NO ESPAÇO URBANO: ORIGEM, ESTRUTURA E EMERGÊNCIA DA
ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES NO BRASIL

Bertrand Sampaio de Alencar (UFPE)

XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

21 a 25 de maio de 2007, em Belém/PA

Sessão Temática: ST5 - Território, Conflitos e Gestão Ambiental

NOVOS PROTAGONISTAS NO ESPAÇO URBANO: ORIGEM, ESTRUTURA E EMERGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Resumo

O presente artigo descreve as origens, a estrutura e a emergência da organização dos catadores de materiais recicláveis nas cidades brasileiras, novos atores em busca da conquista da cidadania no espaço urbano. Aborda as estratégias direcionadas ao processo de articulação e organização política a partir da estruturação de uma rede de caráter nacional (MNCR) e, de gestão sócio-ambiental para o trabalho através da formação e atuação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis como unidades produtivas e auto-gestionárias, cujos impactos sociais, ambientais, econômicos e sanitários são relevantes para o conjunto da sociedade e, cuja temática contribui sobremaneira ao debate sobre o desenvolvimento sustentável.

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como "aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (CMMDA, 1991). Este conceito político, pactuado na Conferência Rio92, apresenta-se ainda um tanto vago, genérico e ressalta uma aparente ambivalência entre uma visão antropocêntrica e biológica. Alguns autores chegam a considerar o termo como um oxímoro (FERNANDEZ, 2005). Outros consideram que a sustentabilidade é uma transformação que envolve várias dimensões, partindo do individual ao global (SILVA & MENDES, 2005). Outro autor (VEIGA, 2005) reafirma o termo e entende-o como um enigma a ser decifrado. Enfim, o

desenvolvimento sustentável ainda é um conceito em disputa na academia e nos meios técnico-profissionais e políticos.

Neste contexto de incertezas conceituais, emerge a questão social como condição indispensável ao novo paradigma. Como alternativa pioneira SACHS & STRONG (1973) definem o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) como “um conjunto de procedimentos no qual se deve crescer sem gerar exclusão, no qual a ética permeia todo o processo e o meio ambiente deve ser conservado e respeitado”. Neste conceito os autores consideram seis aspectos fundamentais: (i) satisfazer as necessidades básicas; (ii) solidariedade com gerações futuras; (iii) participação popular; (iv) preservação do meio ambiente; (v) sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito às culturas; e, (vi) programas de educação.

A CMMDA (1991) também ressalta este aspecto, reafirmando que o desenvolvimento sustentável contém “o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade”.

Nesta relação inclusão-exclusão são estabelecidas duas realidades em contraste, onde uns não se reconhecem nos outros, fragilizando a possibilidade de diálogo, comunicação e de superação de entraves construídos (JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO, 2000). Nesta relação dicotômica, mais do que desigualdade ou discriminação, adota-se a proscricção. Não há possibilidade de sustentabilidade enquanto existir exclusão social. Os modelos de desenvolvimento que adotam o crescimento econômico não conseguem responder à demanda da pobreza e não têm permitido a inclusão social no espaço urbano e rural.

O desenvolvimento sustentável é também considerado como um novo paradigma de acumulação capitalista no quadro teórico atual (BECKER *et al*, 2002) cuja possibilidade de triunfar é praticamente nula enquanto houver exclusão social. Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis representam uma das principais formas de exclusão social nos países periféricos e até em alguns países centrais. Pensar em desenvolvimento sustentável significa buscar a reversão, em um quadro sócio-econômico atual de globalização, da grave situação social e econômica a que estão submetidos os catadores, sobretudo nos lixões. Este artigo integra parte significativa dos estudos de doutoramento do autor e procura descrever as origens, a estrutura e a emergência do processo de organização dos catadores no Brasil.

2. Catadores de Materiais Recicláveis: Em Busca das Origens

A atividade de catação de materiais recicláveis tem sua gênese em tempo e local incertos. No pretérito chegou a ser motivo de inspiração para escritores e poetas. Uma das citações conhecidas e mais antigas vem do poeta francês Charles Baudelaire que inspirado nos catadores que atuavam em Paris, escreveu em 1843 o poema O Vinho dos Trapeiros¹. No Brasil, o poeta recifense Manuel Bandeira ficou indignado com a situação de pessoas catando para se alimentar e escreveu o famoso poema “O Bicho” em 1947, possivelmente por influência de Baudelaire, de quem era um dos tradutores.

No início do Século XX a atividade de catação de papéis, garrafas e utensílios domésticos no Brasil era realizada por imigrantes portugueses. Segundo Paulo Jardim, assessor da Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro-COMLURB², *"no Rio de Janeiro, temos notícias do início do século passado da figura do 'garrafeira', comprador de garrafas e papéis, normalmente puxando uma carroça de duas rodas, sendo também conhecido pela alcunha de burro-sem-rabo"*.

Estes personagens eram conhecidos no Recife como “homens do ferro-velho” e “aparistas” (ou “catador de aparas”) para os catadores de rua e, “trapeiros” para aqueles que atuam até hoje em locais de destinação final de resíduos sólidos (os chamados “lixões”)³. A aparição de catadores em lixões ocorre com maior intensidade a partir da década de 1950, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, então principais pólos de movimentos migratórios.

Estudos realizados na cidade de Recife (ALENCAR,1994) identificaram cerca de trinta trapeiros no então lixão de Água Fria na década de 1950. A trajetória dos catadores a partir desta década até hoje, nos diversos locais de destinação final utilizados para receber o lixo desta cidade também foi objeto de levantamento, mostrando uma evolução impressionante, como será visto adiante.

Segundo COSTA (1986), a origem sócio-econômica dos catadores está relacionada ao fenômeno do êxodo rural, ao rápido crescimento das cidades, que ocasionou uma grande diversificação de atividades e, ao surgimento e proliferação das favelas. A autora considera a atividade como um fenômeno que resulta de uma prática do cotidiano pela sobrevivência e

“certamente corporifica uma das conseqüências do processo de desenvolvimento capitalista que, em sua essência, produz determinados mecanismos geradores de desigualdades, favorecendo a apropriação e a disseminação de recursos, com diferenças marcantes e contraditórias”.

Os catadores de materiais recicláveis, portanto, se integram ao espaço urbano brasileiro a mais de 50 anos, mas somente nos últimos anos vêm conquistando visibilidade na sociedade, inclusive apresentando soluções sustentáveis possíveis para problemas sociais e ambientais crônicos das cidades brasileiras, como a geração de trabalho e renda com baixos investimentos e a reciclagem do lixo, p.ex.

Neste recente processo de auto-reconhecimento, os próprios catadores descobrem o valor e o significado do seu trabalho, qual seja coletar para reciclar os materiais descartados pela sociedade, contribuindo para a limpeza das cidades e transformando-se em verdadeiros agentes ambientais urbanos, mesmo sendo considerados com um dos setores mais excluídos e marginalizados da sociedade. *“O trabalho e a organização dos catadores são luzes que apontam na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos”* (CARTA DE CAXIAS DO SUL, 2003).

3. Evolução da Atividade de Catação de Materiais Recicláveis no Brasil: A Luta pela Sobrevivência nos Lixões e nas Ruas

Como atividade contemporânea vinculada aos resíduos sólidos, a catação de materiais recicláveis intensificou-se alguns anos após a Revolução Industrial. A partir do Século XIX as indústrias intensificaram a produção inicialmente nos países centrais e, posteriormente, nos periféricos, internacionalizando a divisão do trabalho. Foram gerados objetos de consumo em larga escala e incrementada a produção de embalagens no mercado. Houve um aumento significativo da quantidade e da diversidade dos resíduos sólidos gerados nas áreas urbanas. O desenvolvimento do sistema fabril provoca o primeiro grande êxodo rural da História. Segundo HUBERMAN (1981), a população rural da Inglaterra passou de 40% do total em 1770, para 26% em 1841. Desde então se tornou bastante crítica a relação homem e meio ambiente. Segundo FERRARI (1979), é a partir da Revolução Industrial que surge o

urbanismo moderno e como consequência uma exacerbação da visão antropocêntrica que conduziu a morfologia das cidades e do campo.

No Brasil o problema do lixo está relacionado ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial (em seus aspectos econômicos, políticos e sociais) implantado, inicialmente, a partir das décadas de 1940-1950, em oposição ao modelo agrário-exportador. A dinâmica dos movimentos migratórios campo-cidade, nos últimos cinquenta anos, materializou-se através da intensa ocupação das populações nas periferias dos centros urbanos. Somente o estado de São Paulo ganhou entre 1940 e 1950, com decorrência dos movimentos migratórios, um contingente de 1.738.813 habitantes.

O momento seguinte da urbanização brasileira é quando, “*os nexos econômicos ganham enorme relevo e se impõem às dinâmicas urbanas na totalidade do território*” (SANTOS, 1996), e representa um período em que o então governo militar criou condições para uma rápida integração nacional.

No início da década de 1960, metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, com 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, já conviviam com grandes contingentes de catadores em lixões. Com uma produção diária de aproximadamente 1.700 toneladas de resíduos sólidos, o município de São Paulo embora possuísse dois incineradores (Pinheiros, inaugurado em 1949 com capacidade para 200 ton/dia e Ponte Pequena, inaugurado em 1959 para receber 150 ton/dia), a maioria dos resíduos sólidos gerados no município eram depositados em vazadouros a céu aberto (lixões).

O Recife, então terceiro centro mais importante do Brasil, convivia com os homens do ferro-velho nas ruas e com trapeiros que percorreram uma trajetória de luta e resistência com provável início no lixão de Água Fria, onde havia cerca de 30 trapeiros e cuja desativação ocorreu nos primórdios da década de 1960, quando a cidade possuía cerca de 800 mil habitantes. Continuou no lixão do Caçote (onde havia sido implantada uma usina de compostagem, muito próximo ao aeroporto) a partir de 1964, estendendo-se até meados da década de 1970. A partir de então o destino final foi transferido para a localidade de Mumbeca (também conhecida como Cova da Onça), na zona norte da cidade, mantendo-se ativado até 1980. Naquela oportunidade houve inúmeras tentativas da Prefeitura do Recife em proibir a permanência de catadores no local, tendo sido inclusive utilizada a Polícia Militar de

Pernambuco para expulsá-los. A área chegou a ser cercada e foram alocados seguranças privados para não permitir o retorno ao local. Trabalho de assistência social pioneiro realizado por PONTES *et al* (1975) promoveu a capacitação, posterior retirada e, o encaminhamento dos catadores para empregos no mercado local do Recife. Posteriormente, estes e outros catadores retornaram ao lixão.

Após a saturação desse sítio, os resíduos sólidos coletados no Recife passaram a ser depositados em Prazeres, bairro do município de Jaboatão dos Guararapes, até 1984, em terreno lindeiro à rodovia BR-101, principal estrada brasileira, no acesso ao Recife pela nucleação sul. Os trapeiros, em torno de 100 pessoas, continuavam a atuar neste local, sempre submetidos a pressões do poder público para se afastarem do local.

Com a elaboração do Plano Diretor de Limpeza Urbana da Região Metropolitana do Recife pela FIDEM (1994), o qual contemplava como proposta a implantação de dois aterros sanitários energéticos (um na nucleação sul e outro na nucleação norte da RMR), houve a decisão política de proibir a atividade de catação, configurando-se neste momento um marco importante na luta dos trapeiros pelo direito de permanecer catando para sobreviver. Ao serem impedidos de entrar no então novo local de destinação final, sob o argumento de que naquele local seria implantado um aterro sanitário (o que nunca veio a ocorrer), promoveram, com apoio dos intermediários sua primeira manifestação pública, ao deslocarem-se em grupo, à sede do Governo Estadual para solicitar autorização para permanecer no local. A reação do governador foi essencialmente política, ao atender as reivindicações dos trapeiros e ao doar indumentárias e material de proteção individual para eles, sem no entanto encaminhar uma solução para o problema.

Em 1986, segundo estudo efetuado pela FIDEM (1986), cujo objetivo era implantar uma unidade de triagem no Lixão da Muribeca, existiam aproximadamente 180 catadores. Estudo realizado em 1994, por ALENCAR (1994) atestou a existência de 1.029 catadores na Muribeca e cerca de 1.200 catadores nas ruas. No cadastro efetuado pela EMLURB em 2004, existiam 1.914 catadores na Muribeca e estima-se um total de 2.000 catadores atuando nas ruas.

Em 1986 foi fundada em São Paulo a primeira cooperativa de catadores no Brasil, a COOPAMARE - Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis,

formada a partir da luta contra a perseguição do então prefeito da capital paulista, o qual havia proibido a atuação dos catadores nas ruas da cidade.

Este processo de luta foi e tem sido praticamente o mesmo em diversas cidades brasileiras e latino-americanas, até porque o modelo econômico adotado nestes países não foi diferente. No aterro controlado de Gramacho no Rio de Janeiro, por exemplo, cerca de 6.000 catadores de materiais recicláveis desenvolvem atividades em condições sanitárias deploráveis, submetidos ao trabalho adscritício⁴ e a outras formas de exploração humana. Este tema será retomado mais adiante. Antes, no tópico seguinte, será demonstrado como se estrutura o sistema de coleta seletiva e reciclagem informal e sua relação com o sistema convencional.

4. O Sistema Informal de Reciclagem: Quem é Quem no Contexto da Gestão dos Resíduos Sólidos?

O sistema informal de reciclagem é composto um conjunto de 07 (sete) atores representados por **compradores ambulantes, catadores de rua, garis, trapeiros do lixão, donos de depósitos, aparistas** e as **indústrias** consumidoras de matérias- primas recicláveis. O Gráfico 1, procura demonstrar a estrutura desse sistema, os atores intervenientes e suas inter-relações com o sistema convencional, que envolve instituições do **poder público** e as **empresas privadas** prestadoras de serviços.

Os **compradores ambulantes** formam um segmento que atua no sistema a partir da compra de materiais recicláveis e reutilizáveis, normalmente nos domicílios residenciais e comerciais, para posterior revenda a pequenos e médios negociantes de resíduos. Poucos são independentes, o que ocorre com mais frequência é a vinculação a intermediários de resíduos sólidos. Este personagem da paisagem urbana brasileira vem desaparecendo gradativamente com a verticalização das médias e, principalmente, grandes cidades.

Os **catadores de ruas** diferenciam-se do grupo anterior pelo fato de coletar diretamente os resíduos nas vias e logradouros públicos sem custo de aquisição. Coletam seletivamente em maior escala resíduos sólidos que serão reciclados para serem transformados em um novo produto. Relaciona-se quase que exclusivamente com os pequenos intermediários de resíduos sólidos, quer seja numa vinculação de exploração pelo trabalho ou somente na

comercialização dos materiais coletados, quando o catador possui o principal instrumento de trabalho, a carroça manual.

Os **garis** compreendem os servidores municipais do órgão responsável pelos serviços de limpeza urbana ou da(s) empresa(s) privada(s) que presta(m) serviços na cidade. Sua participação no sistema materializa-se através da catação e segregação que normalmente realizam nos próprios veículos coletores durante a coleta e transporte regular, cuja comercialização é realizada ao final de cada jornada. Relacionam-se normalmente com intermediários do local de destinação final. Esta atividade é bastante reprimida atualmente pelas empresas operadoras.

Os **trapeiros, badameiros** ou mesmo **catadores** constituem o grupo que atua em lixões. Estão mais susceptíveis a problemas de saúde e sociais, por atuarem na catação em condições totalmente insalubres e sujeitos a conflitos sociais e problemas operacionais os mais diversos. Vinculam-se aos balanceiros ou depósitos, intermediários de médio porte que normalmente controlam os lixões.

Os **donos de depósitos** compreendem os pequenos e médios negociantes, assumindo nessa rede a função de aglutinadores da malha de catadores de rua e daqueles que atuam no destino final, fornecendo em ambos casos os instrumentos de trabalho, a exemplo das carroças manuais para os que atuam nas ruas. Articulam-se preferencialmente com os aparistas em face de não possuírem uma produção em escala compatível com a demanda do mercado consumidor, assim como por não terem condições econômicas de efetuarem o frete das matérias-primas recicláveis aos pontos de comercialização. Podem especializar-se por tipo de produto ou não, tendo ainda como tarefa a segregação e preparação dos produtos para entrega aos grandes negociantes.

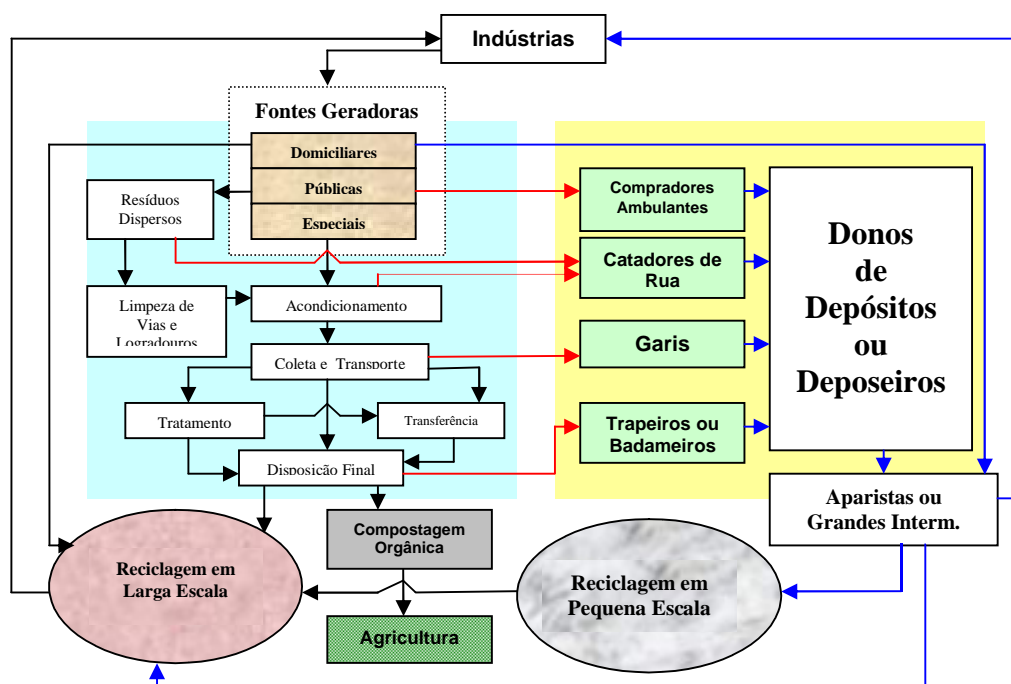
Os **aparistas** representam o papel de principais intermediários de matérias-primas recicláveis, comandando, direta e indiretamente uma extensa rede em que se incluem pequenos e médios negociantes e um imenso contingente de catadores de rua. Suas atividades abrangem à compra, seleção, transporte, beneficiamento (de vários materiais recicláveis) e a comercialização, mantendo um relacionamento direto com o mercado consumidor que se abastece destes produtos, bem como assegura a toda a rede a aquisição do material coletado.

Funcionam também como agenciadores que intermedeiam produtos entre produtor e comprador.

Por fim, as **indústrias** que constituem o principal mercado consumidor final, caracterizando-se por serem o segmento de consumo, produção e transformação, em pequena e larga escala. Corresponde à última etapa do processo que se inicia na catação, estando representadas em maior escala pelas indústrias formais e informais de metalurgia, de papel e papelão, de transformação de produtos minerais não-metálicos, produtos de matérias plásticas e têxtil. Mantém relação com os aparistas, com empresas de triagem e beneficiamento para a reciclagem e com as próprias indústrias diretamente, ou através de bolsas de resíduos sólidos.

Gráfico 1

Gestão Informal e Convencional de Resíduos Sólidos - Modelo Conceitual



O cenário atual de intenso movimento de internacionalização, financeirização e fusão do grande capital associado à crise do Estado provedor de serviços públicos é um momento privilegiado para o processo de acumulação capitalista capitaneado por uma nova forma de intervenção do Estado empreendedor atual. O rebatimento deste velho fenômeno (com nova roupagem), na cidade e, sobretudo, nos serviços públicos, é bastante sintomática “na

formação de uma urbanização corporativa, cujas ações essenciais do Estado dirigem-se a empresas hegemônicas” (Milton SANTOS, 1996).

No caso específico dos serviços públicos de limpeza urbana, obtém-se como um dos resultados deste modelo atual de acumulação, dentre outras mazelas sociais, uma "evolução" nos cartéis nacionais instalados nas últimas décadas, para um processo de cartelização internacionalizado, com rebatimento no aumento da concentração de renda e da pobreza, sobretudo em países ditos subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O sistema convencional está atualmente assim representado, como uma associação “empreendedora” de interesse político-eleitoral e empresarial.

A agenda de prioridades dos poderes públicos, sobretudo municipais, está descolada das necessidades sociais e ambientais, na medida em que o gasto com os contratos privados são elevados para os serviços de coleta, limpeza e destinação final, onde o desperdício de materiais recicláveis (incluindo a matéria orgânica que poderia ser transformada em fertilizante natural) é a tônica principal.

5. Perfil Atual dos Catadores: Pobreza, Exclusão e Representações Negativas

O modelo econômico brasileiro de modernização conservadora que continua a ser implantado no Brasil desde a década de 1960 vem provocando uma série de efeitos perversos para a maioria da população e com maior violência na região Nordeste. O vertiginoso processo de migração campo-cidade aliado ao fracasso da política habitacional para as camadas pobres da população deu origem ao grave fenômeno da favelização.

Na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, foi implantado significativo número de fábricas quando do período dos incentivos fiscais e da vitalidade da SUDENE, recebendo ao mesmo tempo migrantes de todos os estados nordestinos. Quando se instaurou o processo recessivo no país, o deslocamento de trabalhadores para o Sudeste e, sobretudo São Paulo, deixa de ser uma oportunidade promissora a miséria social desta metrópole, se intensifica e amplia o desemprego no setor formal da economia.

O fechamento de grandes fábricas do setor têxtil, grandes empregadoras de mão-de-obra, a desativação do setor de construção civil, entre outras causas, provocaram o deslocamento de trabalhadores com baixa qualificação para o setor informal, os quais procuraram adotar estratégias de sobrevivência das mais precárias, inseguras e insalubres.

A atividade de catação de materiais recicláveis, antes considerada como residual passa a ser uma atividade que cresce a cada dia, expondo as chagas do processo de concentração de renda, haja vista que a atividade hoje é registrada em praticamente todas as grandes e médias cidades brasileiras, ampliando-se de forma avassaladora para os pequenos municípios. Estima-se que somente nas regiões metropolitanas do Recife e de São Paulo, cerca de 5.000 e 20.000 pessoas, respectivamente, sobrevivem exclusivamente da atividade de catação de materiais recicláveis.

A atividade de catação de materiais recicláveis encobre uma realidade trágica, perversa e de difícil reversão, notadamente nos locais de destinação final do lixo. Há um crescimento vertiginoso da atividade de catação nos últimos 30 anos. Os problemas identificados se avolumam numa progressão semelhante ao próprio crescimento da população de catadores. Estudos efetuados na cidade do Recife⁵ permitiram constatar que o sistema informal de reciclagem estrutura-se de forma análoga em qualquer média e grande cidade de país subdesenvolvido.

Na atividade de catação são constatados inúmeros problemas sociais, principalmente nos lixões. Os principais são a violência (sexual, conflitos internos, homicídios), uso de drogas (maconha, cola de sapateiro e remédios), elevado consumo de bebidas alcoólicas e de acidentes (cortes, perfurações e traumatismos). Ao mesmo tempo identifica-se um razoável índice de desnutrição e ainda um elevado consumo de restos de comida do lixo por parte dos trapeiros nos lixões.

O perfil sócio-econômico dos trapeiros apresenta, como esperado, alto índice de analfabetismo, número de filhos acima da média, renda pessoal entre 1/2 e 1 salário - mínimo para um período entre 8 a 10 horas diárias de trabalho, grande rotatividade na atividade, o desemprego como principal motivo para estarem catando materiais recicláveis e o trabalho como uma necessidade que os dignifica. A população masculina tem sido majoritária, observando-se um intervalo entre 20 e 30% de mulheres na atividade. O número de crianças e

adolescentes ainda é bastante significativo, assim como ainda é bastante expressiva a população jovem na catação (entre 18 e 35 anos). A grande maioria dos catadores e trapeiros não dispõe da documentação mínima exigida ao cidadão brasileiro. Muitos não possuem sequer a certidão de nascimento, dificultando em muito a possibilidade de conseguirem outra ocupação profissional. Há um elevado número de óbitos infantis nas famílias de catadores.

Os catadores e trapeiros desconhecem o significado e a importância da atividade de catação nos contextos sócio-econômico e ambiental, bem como não têm a dimensão do seu poder, enquanto grupo. A passividade em relação à exploração a que são submetidos pelos intermediários, bem como na relação com os poderes públicos (normalmente prefeituras), retrata, de forma análoga, o comportamento da sociedade brasileira atual na sua relação com as elites dominantes e o poder público. Por outro lado, na atividade de catação de forma desorganizada há individualidade, indisciplina e um sentimento de autonomia por parte dos catadores.

Por outro lado, o mesmo estudo identificou potencialidades que permitem afirmar que o mercado de materiais recicláveis ainda encontra-se com uma demanda maior que a oferta e a maioria dos dirigentes das indústrias de materiais recicláveis não colocam obstáculos quanto à aquisição dos subprodutos do lixo diretamente aos catadores organizados. Algumas empresas brasileiras começam a adotar medidas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade ambiental.

A atividade de catação de materiais recicláveis envolve diretamente no Brasil entre 300 e 500 mil pessoas e responde pela coleta de aproximadamente 10% dos materiais recicláveis gerados nas fontes domiciliares das grandes e médias cidades e por cerca de 3% dos resíduos depositados em lixões. O movimento de recursos financeiros que estão envolvidos na atividade, mesmo tratando-se de um setor informal são bastante representativos e não devem ser desconsiderados.

A diversidade profissional identificada no conjunto de catadores constitui-se um dos indicadores da rotatividade verificada na atividade. Por outro lado, representa uma perspectiva concreta de aproveitamento em mercados formais e outros mercados informais, mas principalmente na formação de associações e cooperativas de catadores.

No caso do lixão da Muribeca, que recebe diariamente 3.000 toneladas de resíduos sólidos e está localizado na Região Metropolitana do Recife, há um ganho ambiental e econômico inquestionável com a retirada de aproximadamente 10.000 toneladas/ano pelos trapeiros, os quais seriam aterrados. Nas ruas do Recife cerca de 30.000 toneladas/ano são coletadas pelos catadores de rua. A atividade de catação reduz as importações de matérias-primas, possibilitando razoável economia de divisas ao Brasil. As garrafas de plástico do tipo PET, p.ex., coletadas na RMR pelos catadores vem sendo exportadas para a Ásia e Argentina, após processo de beneficiamento industrial.

Do ponto de vista ambiental, a reciclagem de papel, vidro, metal e plástico, possibilitam a preservação de recursos naturais (árvores, jazidas de minérios - sílica, ferro, cobre, bauxita, dentre outros), além da redução do consumo de água, energia elétrica, petróleo e da emissão de poluentes no solo, no ar e na água. Como exemplo do ganho econômico, somente a Prefeitura do Recife, economiza por mês com os serviços de limpeza urbana (contratados a uma empresa estrangeira), cerca de U\$ 150.000 (cento e cinquenta mil dólares) ao não realizar a coleta dos resíduos sólidos que os catadores de rua recolhem. Estes recursos deveriam estar sendo repassados aos catadores, assim como a mesma Prefeitura repassa à empresa operadora pela prestação dos serviços de limpeza.

Em síntese, a organização de catadores de materiais recicláveis para a coleta seletiva representa uma das mais fecundas possibilidades de minimização da miséria com reduzido investimento e indica possibilidades para a sustentabilidade ambiental, sobretudo no contexto da preservação ambiental com reposição (fontes renováveis).

A atividade de catação compreende um trabalho como categoria humana fundamental, que cria e transforma, produz matéria e idéias, onde se articula “*o sentido filosófico da condição humana, o sentido biológico da manutenção da espécie, o sentido econômico da produção de bens, o sentido sociológico da vida em comum, com suas implicações políticas*” (BOCAYUVA & VEIGA, 1992)⁶.

6. A Emergência de Novos Protagonistas no Espaço Urbano: Cronologia do Recente Processo de Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil

O processo de organização de catadores de materiais recicláveis é muito recente no Brasil. As primeiras cooperativas e associações surgiram nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul na década de 1980.

São dessa época as entidades de catadores de **Porto Alegre/RS** (Associação das Mulheres Papeleiras da Ilha dos Marinheiros, Associação das Mulheres Papeleiras da Santíssima Trindade, Associação dos Recicladores de Resíduos do Aterro Zona Norte-ARRAZN e, Associação de Catadores da Restinga), **Novo Hamburgo/RS** (Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre), **Canoas/RS** (Associação dos Carroceiros e Catadores de Canoas), **São Paulo/SP** (Associação NIOAC dos Catadores de Papel e Papelão), Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), **Santos/SP** (Associação dos Carrinheiros de Santos), **Piracicaba/SP** (Grupo de Catadores do Aterro do Pau Queimado) e **Belo Horizonte/MG** (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis - ASMARE)⁷.

Protagonismo Colombiano

Na Colômbia o processo de organização de catadores que atuam desde a década de 1940 nas ruas de Bogotá é um mais antigo do que no Brasil. A primeira cooperativa de catadores foi criada em 1970 (Corporación de Papeleros de Colômbia, em Medellin) apesar de não existir mais. A segunda (Cooperativa Antioqueña de Recolectores de Subproductos) foi criada em 1975. Em 1982 foi criado o Sindicato de Trabajadores del Botadero (SINTRAREBO) em Bogotá. Em 1983 nasce a Cooperativa RECUPERAR, em Medellin, emblemático modelo de organização e de empreendedorismo realizado por catadores no mundo. Em 1988 foi então realizado o primeiro Congreso Nacional de Reciclaje, em Cali. Em 1990 foi realizado primeiro o Encuentro Nacional de Recicladores no município de El Ocaso, província de Cundinamarca e naquela oportunidade também foi criada a Asociación Nacional de Recicladores (ANR).

As ações empreendidas para uma articulação política dos catadores e organizações é mais recente ainda. Em Maio/1992 foi realizado em Santos/SP o primeiro esforço de organização de um movimento de âmbito nacional, o 1^o Encontro de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis, onde foram focados como pontos principais o reconhecimento profissional e a articulação nacional.

Somente em Novembro/1999 a intenção deliberada neste encontro anterior de realizar um primeiro congresso nacional permitiu, em Belo Horizonte/MG, dar um passo definitivo,

quando foi realizado 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, preparatório para um evento de maior expressão.

Um dos marcos definitivos na vida dos catadores brasileiros foi a realização do Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis nos dias 4,5 e 6 de junho de 2001 em Brasília. Neste importante evento, cujo apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua e de diversas entidades (OAF, UNICEF, etc.) foi decisivo, foram fincadas as bases do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), devidamente registradas na Carta de Brasília.

Esta carta ressalta os relevantes serviços prestados pelos catadores de materiais recicláveis e cobra do Congresso Nacional, das autoridades e da sociedade brasileira a regulamentação da profissão de catador. Solicita que determine-se que o processo de industrialização com reciclagem seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis. Ao mesmo tempo propõe ao poder executivo que sejam destinados recursos da assistência social para os catadores, capacitação técnica e tecnológica, subsídios para as diversas atividades que envolvam catadores, que seja implantado um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos com inserção dos catadores na coleta seletiva e a erradicação dos lixões e do trabalho infanto-juvenil no lixo, que o saneamento mantenha-se como um serviço público essencial, reconhecimento das populações de rua com geração de oportunidades e atendimento às suas necessidades básicas (habitação, educação, trabalho, saúde, etc.).

A partir do congresso nacional, houve um surgimento impressionante de cooperativas e associações de catadores no Brasil. Levantamento recente identifica cerca de 500 cooperativas e associações de catadores no país, das quais 78% surgiram depois do encontro de Brasília em 2001, assim como inúmeras instituições governamentais, ONG, entidades de fomento e até empresas, passaram a identificar a atividade como foco de apoio desse período em diante.

Sob forte influência do II Fórum Social Mundial foi realizado em Caxias do Sul no período de 20 a 23 de janeiro de 2003 o 11 Congresso Latinoamericano de Catadores, com a participação de aproximadamente 800 catadores do Brasil (a grande maioria), da Argentina e do Uruguai. As principais conclusões, expressas na Carta de Caxias do Sul, apontam para a luta por melhores condições de trabalho, de vida, ressaltando a necessidade de organização e

articulação latino-americana de catadoras e catadores. Posteriormente, foram realizados diversos encontros em estados brasileiros (Alagoas, em 3/12/2003, Pernambuco em 9 e 10/12/2003, Bahia em 6 e 7/2/2004, dentre outros).

Em dezembro/2003, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) com o importante incentivo de instituições como a OAF, Pastoral de Rua, INSEA, Fundação AVINA, dentre outras entidades, conquistou a adesão do Governo Federal, que instituiu uma Comissão Interministerial de Apoio à Inclusão Social dos Catadores e determinou que cada ministério procurasse contemplar os catadores nos seus programas e ações. Em dezembro/2004 ocorreu novo encontro do MNCR com o Presidente da República, em São Paulo e foi assinado convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Fundação AVINA, cujo objetivo inicial consiste na estruturação política e para o trabalho do MNCR em todo o Brasil. Em janeiro de 2005, foi realizado o II Encontro LatinoAmericano dos Catadores em São Leopoldo/RS, com a participação de aproximadamente 1.200 catadores e representantes de entidades de apoio. Nova carta foi escrita e novas reivindicações foram feitas.

As cartas dizem muito do sentimento e dos sonhos de catadores e catadoras que participaram ativamente desses momentos de luta contra representações negativas e visões preconceituosas da sociedade, pelo reconhecimento da atividade, pela identidade do catador, por um espaço de trabalho, por vida e cidadania.

7. Conclusões: há (muito) o que fazer

O lixo "evoluiu" de resíduo sólido descartável a objeto de desejo de muitos pobres e de poucos ricos. Os catadores de produtos recicláveis materializam-se como expressão máxima da miséria, ao sobreviverem em condições sub-humanas, digladiando-se por materiais recicláveis nas ruas e nos milhares de lixões existentes no Brasil e na América Latina, enquanto que um cartel internacional das corporações que atuam no setor de limpeza pública reproduz o lado indecente da conquista de riqueza fácil, através de aparelhos estatais controlados.

Estes atores da sociedade encontram-se em lados radicalmente opostos e parecem inconciliáveis, mas o desejo é o mesmo. São duas faces de uma mesma moeda que falta a muitos e atende a poucos. Os governos locais, empurram o problema para adiante, ancorado pela forte presença na mídia, mantendo uma incipiente participação popular e um fraco controle social.

Infelizmente, não se espera em curto e médio prazo, soluções ambientalmente sustentáveis, tecnologicamente apropriadas, financeiramente adequadas e socialmente justas para o problema, senão aquelas que emergem da luta comunitária e da articulação em rede, às quais por consequência, permitam intensa presença da sociedade na gestão desses serviços públicos.

A catação de materiais recicláveis na perspectiva do seu principal ator e num espaço limitado, é uma escolha entre a sobrevivência pelo trabalho (misto de esforço, conquista, dignidade, honestidade e honra) e a marginalidade e a fome, entre a vida e a morte. “Encontra seus fundamentos numa autoria coletiva, em escolhas, combinadas com estratégias de consentimento e coerção, com origem, em última análise, centrada no modelo de desenvolvimento adotado no país (COSTA, 1986)”.

O processo recente de organização dos catadores lança algumas luzes na perspectiva de eliminar uma das maiores vergonhas nacionais, onde governantes ainda permitem a presença de milhares de crianças, adolescentes e adultos em lixões, mesmo com a existência de algumas políticas públicas, a exemplo do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, cujo objetivo é erradicar as piores formas de trabalho infantil, consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes⁸.

O recente projeto financiado pelo MDS/AVINA⁹, com duração de um ano, cria expectativas e constitui-se ao mesmo tempo em um enorme desafio dos catadores e das entidades que apóiam o MNCR no Brasil. Inúmeras dúvidas e questões são colocadas nos diversos encontros realizados entre catadores e entidades de apoio. O modelo de organização em cooperativas e associações é o mais adequado? É possível conquistar a cadeia produtiva dos recicláveis? Que tipo de ideário político aponta para esse importante movimento de caráter nacional? Como vencer o preconceito da sociedade e fazê-la reconhecer o importante papel do catador na cidade? Como divulgar o trabalho dos catadores? Como concorrer com os intermediários, as empresas e a maioria das prefeituras das médias e grandes cidades? Como lograr a sustentabilidade? Como articular a formulação de políticas públicas?

Por outro lado, algumas certezas começam a se materializar neste recente processo de organização política e para o trabalho dos catadores. A solução para o problema do lixo está na origem e não no destino final, pois o trabalho junto aos geradores de materiais recicláveis combate preconceitos, educa ambientalmente, provoca menor risco à saúde, evita desperdícios e permite ao catador ganhar mais. Como os catadores comercializam com o grande capital, é necessário entender melhor esta relação com as indústrias de reciclagem e os governos.

Deve-se procurar criar alternativas de trabalho e renda na própria atividade (p.ex., prestar serviços de limpeza urbana, manutenção, arte com lixo, “eco-design”, etc.) tendo em vista a concorrência e os limites determinados pelo mercado. Para ampliar a participação e inclusão dos catadores o MNCR não deve manter uma estrutura de pirâmide (vertical), mas de matriz (horizontal), articulado em rede com a base.

Por fim, verifica-se como imprescindível a articulação dos (aparentemente) distintos setores da sociedade (poder público, iniciativa privada, ONGs, movimentos sociais, igrejas, etc.) para a viabilização da sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento. A emergência da organização política e social para o trabalho dos catadores tem demonstrado que este caminho é possível, sobretudo pela expectativa de integração de atores e instituições com as dimensões política, econômica, social, ambiental, sanitária e cultural.

8. Bibliografia

1. ALENCAR, Bertrand Sampaio de. “Coleta Seletiva: Avanços, Dificuldades e Contradições”. Recife: Jornal Desenvolvimento e Meio. 1994;
2. _____. “Diagnóstico do Sistema de Gestão Informal de Resíduos Sólidos do Recife - Relatório Final”. Recife: The Jonh D. and Catherine T. MacArthur Foundation. 1995;
3. _____. “Sistema Informal de Reciclagem do Recife”. Salvador: Anais do II Simpósio Internacional de Destinação do Lixo. CONDER. 1995;
4. _____. “Catadores: Primeira Tentativa de Articulação Nacional”. Recife: Diagnóstico do Sistema de Gestão Informal de Resíduos Sólidos do Recife - Relatório Final. Maio/1992;

5. BECKER, Dinizar Fermiano et al (org.). “Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade?” Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC. 4ª Ed. 2002;
6. CARTA DE CAXIAS DO SUL. 1º Congresso Sulamericano de Catadores. Caxias do Sul/RS: Jan/2003;
7. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMDA). “Nosso Futuro Comum”. Rio de Janeiro: 1991;
8. COSTA, Idalina Farias. “De Lixo Também se Vive: Origem e Reprodução de Comerciantes e Catadores de Lixo da Cidade Nova, Natal/RN”. Recife: 82 p. Ed. Massangana. FUNDAJ. 1986;
9. FERRARI, Celso. “Curso de Planejamento Municipal Integrado – Urbanismo”. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 2ª Ed. 1979.;
10. FERNANDEZ, Fernando. “O Poema Imperfeito – Crônicas de Biologia, Conservação da Natureza e seus Heróis”. Curitiba: Ed. UFPR. 258 p. 2ª Ed. 2005;
11. FIDEM. “Plano Diretor de Limpeza Urbana da Região Metropolitana do Recife”. Recife: 1994;
12. _____/GELURB/PRAXIS CONSULTORIA. “Plano Estratégico de Limpeza Urbana da Região Metropolitana do Recife”. Recife: Agosto/1998;
13. IBGE. “Estatísticas do Século XX”. Rio de Janeiro: p.1-543. 2004;
14. JUNCA, GONÇALVES & AZEVEDO. “A Mão que Obra no Lixo”. Niterói/RJ: Ed. UFF. 121 p. 2000.
15. LÚCIA PONTES *et al.* “Caracterização das Atividades Desenvolvidas pelos Catadores de Lixo no Lixão da Mumbeca”. Monografia apresentada para conclusão do curso de Serviço Social na UFPE. Recife: 1979;
16. MOURA, Milton e GONÇALVES, Roberto. “Os badameiros: o lixo das profissões ou a profissão do lixo”. Salvador: Caderno do CEAS. n.124. p.12-21. Centro de Estudos e Ação Social. 1989;
17. REVISTA ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Ano 12. Nº 104. 2002;
18. SANTOS, Milton. “A Urbanização Brasileira”. São Paulo: Ed. Hucitec. 3ª Ed. 1996;
19. SEN, Amartya. “Desenvolvimento como Liberdade”. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 3ª Reimpressão. 2002;
20. SINGER, Paul. “Economia Política da Urbanização”. São Paulo: Ed. Brasiliense. 8ª Ed.. 1981;

21.SILVA, Christian L. da Silva & MENDES, Judas Tadeu G (orgs.). “Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável – Agentes e Interações sob a Ótica Multidisciplinar”. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes. 2005;

22.VEIGA, José Eli da. “Desenvolvimento Sustentável”. Rio de Janeiro: Ed. Garamond. 220 p. 2005;

Notas:

¹ O poema “O Vinho dos Trapeiros” foi publicado em 1957, junto com a coletânea de poemas denominada “As Flores do Mal”, principal obra do citado autor.

² Revista Ecologia e Desenvolvimento. 2002;

³ MOURA & GONÇALVES (1989), em estudo realizado na cidade de Salvador, denomina-os de “badameiros”. No site www.resol.com.br são descritos mais de uma dezena de denominações diferentes para catadores na América Latina.

⁴ Segundo SEN (2002), o trabalho adscritício indica algum tipo de coação para que uma pessoa viva e trabalhe (no caso em determinada propriedade) impedindo-a de oferecer seu trabalho ao mercado.

⁵ ALENCAR (1995);

⁶ Citado em JUNCÁ, GONÇALVES & AZEVEDO (2000).

⁷ ALENCAR (Maio/1992);

⁸ O PETI inclui famílias com crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 15 anos envolvidos nas piores formas de trabalho infantil. Essas atividades foram regulamentadas pela Portaria Nº 20, de 13 de setembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre elas, estão citadas as atividades em lixões;

⁹ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Fundação Vida e Natureza (AVINA), a partir de demanda do MNCR, financiaram um projeto de formação, capacitação e articulação nacional direcionado aos catadores de 14 estados brasileiros em 2005;